

REVISITANDO O CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

ELIZABETH MATOS RIBEIRO*

A PRIMEIRA IDÉIA SOBRE O TEMA *Administração Política* surgiu, em 1993, quando o professor Reginaldo Santos nos propôs escrever um artigo em parceria sobre o tema *A Administração Política Brasileira* (1996). A nossa tarefa era, sem dúvida, bastante desafiante e difícil, pois teríamos de buscar pistas que nos ajudassem a iniciar a discussão sobre o novo conceito. Quando decidimos escrever este ensaio, sabíamos que estávamos iniciando uma discussão ainda não realizada não só no campo da Administração, mas também nos campos da Economia Política e da Ciência Política, três disciplinas que, a nosso ver, discutem a relação entre o Estado e a Economia/Sociedade. O nosso entusiasmo naquele momento refletia uma mistura de ansiedade, por tratar-se de uma nova área do conhecimento e não sabermos muito bem por onde começar, e euforia, por estarmos conscientes de que se tratava de algo revolucionário, que viria, pois, abrir uma discussão sobre um novo campo do conhecimento. Esses sentimentos só foram minimizados quando decidimos sair do Brasil para a realização do programa de pós-doutoramento, no caso do professor Reginaldo, e no nosso caso para cumprir o programa de doutoramento. Somente quando superamos essa etapa de nossas vidas acadêmica e profissional, fomos capazes de retomar, com mais força e convicção, a discussão sobre o conceito de *Administração Política*, resultado que agora decidimos tornar público.

* Doutora em Ciência Política e da Administração pela Universidade de Santiago de Compostela; professora participante e pesquisadora do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA.

Talvez um dos motivos que não nos estimulou a avançar na pesquisa tenha sido a pouca receptividade que tivemos sobre o mencionado artigo, publicado na *RAP* em 1993, naquele mesmo ano. Passados quase dez anos, seguramente conseguimos compreender melhor o silêncio ou a ausência de debatedores, já que constatamos que, ainda hoje, existe uma certa dificuldade entre os nossos pares em abrir espaço para um debate tão instigante e inusitado. Seguramente, o próprio ineditismo do desafio e o fato de tratar-se de uma discussão que abre um novo espaço no campo teórico da administração, implica uma revisão radical dos conceitos arraigados, até então, pelas concepções tradicionais do que se imagina ser o objeto da administração (tomado como sendo as organizações) e que têm dominado a nossa academia até então; nesse caso, a resistência à mudança é compreensível.

Desse modo, somente a partir de 1999, após o regresso do professor Reginaldo do programa de pós-doutoramento e do avanço do meu projeto de tese de doutorado, conseguimos vislumbrar o verdadeiro espaço para esta nova disciplina que denominamos de *Administração Política*. Nesse momento, o professor Reginaldo retomou as suas atividades docentes na Escola de Administração da UFBA e teve a feliz oportunidade de deparar-se com estudantes ávidos por novos debates no campo do Administração. Eles lhe propuseram o desafio de analisar, por novos ângulos, a temática do Planejamento Governamental (que entra em crise nas esferas públicas e na academia a partir dos anos 80). A sugestão do professor Reginaldo foi retomar a discussão do conceito da *Administração Política*, proposta que foi aceita por unanimidade e entusiasmo durante o primeiro e segundo semestres letivos de 2000. Esse esforço resultou na produção de um artigo publicado em 2001, escrito em conjunto com os referidos estudantes.

Paralelo a esse avanço do professor Reginaldo e seus estudantes, nós passamos a viver forte conflito para tentar integrar em nossa tese de doutoramento o conceito de *Administração Política*. Alheia aos avanços que o referido professor fazia sobre o tema a partir de 1998, decidimos, por nossa conta e risco, estruturar a parte empírica da tese com base no novo conceito de Administração Política. A nossa proposta era fazer um estudo comparado entre as Políticas Sociais brasileira e espanhola durante o período do “Milagre Econômico” desses países, nos anos 60/70. Reconhecemos, naquele momento, que não seria uma decisão fácil, considerando, como já ressaltamos, tratar-se de um conceito novo e ainda não difundido. Éramos conscientes, pois, dos riscos e das limitações que essa análise implicaria,

por ser um tema que, dado a sua natureza e complexidade, exigia discussão mais ampla e por tratar-se de um campo do conhecimento, como já ressaltamos, ainda inusitado. Devemos registrar que o ineditismo, pelo menos naquele momento crucial do desenvolvimento da nossa pesquisa, não foi a motivação que nos estimulou a utilizar o novo método teórico-analítico, o peso maior recaiu no fato de que chegamos a um impasse e não sabíamos qual a melhor maneira de estabelecer uma relação entre os processos históricos brasileiro e espanhol; ou seja, não sabíamos como fazer a conexão entre os dois modelos de políticas públicas (sociais), sem cair em mera transcrição dos movimentos históricos dos dois eventos.

A necessidade de definir um modelo de análise nos estimulou, portanto, a superar os medos e a assumir definitivamente o conceito de *Administração Política* como referência básica para que pudéssemos, assim, avançar em nosso estudo. Desse modo, dentro do que concebíamos até então por *Administração Política*, propusemos-nos a analisar o modelo de evolução da gestão pública brasileira e espanhola. Para tanto buscamos, por um lado, abarcar, no âmbito histórico e político-institucional, o desenvolvimento das novas estruturas de governo e o novo modelo de administração pública brasileira — entre 1930 e 1979 —, e, por outro, acompanhar o processo de adaptação e/ou adequação administrativo-organizativa do regime franquista — a partir de 1957 até 1975. Esperávamos, pois, que depois desse esforço conseguíssemos apreender os mecanismos que permitiram a articulação das políticas sociais dentro de um modelo de *Administração Política* mais amplo. Em outras palavras, esperávamos poder comprovar de que forma as mudanças organizativo-institucionais implicariam uma transformação relevante no campo dos programas sociais no Brasil e na Espanha nos períodos analisados. Em definitivo, contávamos com o fato de que este texto nos pudesse proporcionar a base conceitual e analítica necessária para que avançássemos na comprovação das hipóteses básicas do nosso estudo. Intitulamos esse texto de “A *Administração Política* Brasileira e Espanhola”; e nele desenvolvemos a trajetória dos modelos de gestão da *Administração Política* assumidos pelos governos de Franco na Espanha e pelos militares no Brasil, no período estudado. De posse desse instrumento teórico-analítico, foi fácil avançar e comprovar nossas hipóteses principais de estudo. Temos consciência e muito orgulho de termos sido pioneiros na utilização do novo método, que esperamos possa servir de referência para muitos outros estudos.

É importante registrar que nossa escolha, por utilizar o método de análise da *Administração Política*, foi uma decisão unilateral, pois temíamos que nosso co-orientador, o professor Reginaldo, não concordasse com a decisão. Assim, decidimos enviar a estrutura e um primeiro rascunho do nosso estudo para sua avaliação e crítica. Para nossa surpresa, a resposta não poderia ser mais animadora e o professor não só estimulou nossa decisão como também nos informou dos avanços que havia logrado sobre o tema nos últimos meses. Ao termos acesso à primeira versão do *paper* escrito em conjunto com seus estudantes, pudemos confirmar que estávamos em uma mesma sintonia, o que revelava, por sua vez, que formávamos um grupo de “vanguarda— na Escola de Administração da UFBA, e que seria questão de tempo encontrarmos novos pares interessados em ampliar e/ou aprofundar essa nova linha de pesquisa teórica que denominamos de *Administração Política*. Finalmente, pudemos respirar com tranquilidade, pois havíamos conseguido “desatar o nó” que impedia que avançássemos no modelo de análise que daria sustentação às hipóteses por nós levantadas no referido trabalho.

Sem embargo, não tínhamos consciência de que o momento mais difícil ainda estava por vir, a defesa da tese em um espaço acadêmico que não conhecíamos e do qual não sabíamos muito bem que reação esperar diante de uma proposta teórico-metodológico-analítica tão inusitada. Para nossa grata surpresa, tanto o conceito de *Administração Política*, que introduzimos brevemente na tese, como o método de análise utilizado, foram bem aceitos pelos membros da banca. Na oportunidade, além dos elogios, recebemos também convites para abrir a discussão no âmbito da academia portuguesa (em Lisboa) e espanhola (em Santiago de Compostela). O reconhecimento acadêmico internacional acerca de nossas especulações teóricas e analíticas estava, pois, revelando seus primeiros frutos e isso nos estimulou a avançar na pesquisa. Por tudo isso, tomamos consciência de que estávamos abrindo um novo e o mais relevante campo de estudo na área de Administração.

Ao regressarmos do doutorado, essa convicção se torna ainda mais concreta, notadamente quando iniciamos a revisão da literatura teórico-analítica do campo da teoria da Administração e não conseguimos encontrar nenhum caminho que nos pudesse indicar uma abertura para essa discussão. Apenas em Guerreiro Ramos conseguimos identificar uma preocupação/inquietação em compreender a complexa dinâmica que envolve a relação

sociedade/Estado e que resultaria no que define como processo de desenvolvimento. Dito autor chega a afirmar no livro *A Nova Ciência das Organizações* (1989) que seriam as ciências sociais as responsáveis por tal esforço, reconhecendo, pois, os limites da Administração e da própria Economia Política. Os demais autores lidos, respeitando-lhes naturalmente as contribuições, limitaram-se a introduzir uma análise operacional/instrumental da Administração, tomando como seu objeto as organizações.

De forma especulativa, também passamos a discutir sobre o quão próximos estiveram alguns autores clássicos e neoclássicos do campo da Economia Política, como Adam Smith, Alfred Marshall e Artur Pigou, ao se darem conta de que faltava algo para que avançassem na compreensão do papel do Estado na dinâmica do capitalismo ou vice-versa. Ditos autores, embora reconhecessem um papel expressivo para o Estado, viam-no como um ente que estava fora da dinâmica capitalista, isto é, o Estado seria uma instituição externa ao sistema, o que implica dizer que poderia ser chamado ou retirado à sua revelia, como afirma o professor Reginaldo em muitos dos seus textos já publicados. Concluímos, pois, que se os clássicos e neoclássicos da Economia Política não conseguiram avançar na identificação do campo da *Administração Política*, certamente intuía que faltava algo para completar/fechar seus modelos teórico-analíticos de interpretação da dinâmica do Estado e da relação entre Economia e Sociedade.

Feitas essas observações iniciais, acreditamos ser imprescindível registrar qual o ponto de partida para o que entendemos por *Administração Política* e que aplicamos em nossa tese. Como já ressaltamos anteriormente, essa discussão teve como referência uma forte preocupação por compreendermos o processo de institucionalização (modernização e legitimação) e reestruturação (modelo de gestão) do Estado, como promotor do projeto de (re)construção do desenvolvimento econômico (industrial) e social contemporâneo. Essa concepção não estava associada, em nossa perspectiva, aos tipos de regimes políticos adotados em cada nação, quer dizer, estaria mais condicionada às imposições do novo papel do Estado na economia do que às condições políticas; o que não implica afirmar que o sistema político não vá afetar e/ou determinar a forma e os caminhos que a *Administração Política* vai imprimir em cada nação.

Naturalmente, em um sentido mas amplo, compreendemos que a denominação *Administração Política* deve ser entendida dentro de uma visão interdisciplinar das ciências sociais, ressaltando aqui a contribuição

mais próxima da economia política, da ciência política e da própria administração. Constatamos, portanto, que, à medida que as condições históricas do sistema econômico se transformam, as relações do Estado com a sociedade sofrem profundas mudanças. Segundo define o professor Reginaldo Santos (2001), nestas condições a *Administração Política* representa o (ou responde pelo) “modelo de gestão que leva à finalidade última da produção social”. Este seria, portanto, o conceito mais amplo da *Administração Política* e passa naturalmente pela compreensão da dinâmica mais geral do papel do Estado em cada contexto histórico, como é confirmado no corpo do presente livro.

Desse modo, compreendemos que para cada conjuntura existe uma concepção distinta de *Administração Política*, correspondente, pois, às exigências e/ou necessidades assumidas pelo sistema econômico em questão. Como já ressaltamos, o que nos tocou analisar em nossa tese, e que será a referência central desta reflexão, foi o momento mais profícuo das relações entre o Estado e a economia, que se inicia nos anos 30 e que perdura até os anos 70. Sobre esse momento particular das relações entre o Estado e a economia/sociedade, podemos concluir que as relações sociais de produção passam a exigir do setor público uma atuação mais direta e mais dinâmica no que respeita à concepção de um projeto de alcance nacional. O que implica dizer que, dentro deste âmbito mais geral, estariam incluídos tanto o modelo de gestão como o de execução, que o professor Reginaldo define como “materialidade das relações sociais”.

Tomando como exemplo o período histórico de 30 a 70, podemos confirmar que o vínculo da *Administração Política* com a Economia Política e a Ciência Política surge quando estas relações passam a estar delimitadas pela própria dinâmica do papel e das funções do Estado na sociedade, isto é, à medida que se observam mudanças radicais na postura do Governo neste novo cenário; transformações essas que revelam um esforço de adaptação e adequação das ferramentas institucional-organizativas e políticas do Estado à dinâmica que se impõe a partir deste momento histórico. O conceito de *Administração Política* vai estar, portanto, intimamente vinculado e/ou condicionado aos ditames das novas exigências nas relações entre o governo e a economia e entre a economia e a sociedade.

Ao estabelecermos um paralelismo entre os conceitos de Ciência Política, Economia Política e *Administração Política*, deduzimos que, assim como o primeiro estará mais orientado para o entendimento das relações entre

Governo (Estado) e economia (a definição de políticas públicas, acordos entre os diversos interesses sociais, etc.), a Economia Política estaria dirigida às relações entre economia e sociedade (esta responde mais ao estabelecimento de leis que regulem as relações sociais de produção, envolvendo também a circulação e distribuição de bens materiais/riqueza); e, finalmente, a *Administração Política* se vincularia às relações entre o Estado e as organizações públicas e privadas para se adaptar aos ditames da Economia Política. Utilizando a analogia apresentada pelo professor Reginaldo Santos, se, dentro do âmbito das relações sociais de produção, a Economia Política deve responder pelo *que e por que* fazer, a *Administração Política* assume a tarefa de contestar *como* fazer. O que significa afirmar que corresponderia à última a responsabilidade da concepção e execução do modelo de gestão que permitiria a plena realização do sistema socioeconômico — neste caso do capitalismo — compreendido em toda sua magnitude.

Por outro lado, seguindo as conclusões do professor Reginaldo Santos em outro trabalho (1999,; p. 11), “[. . .] a Economia Política de nossos dias não pode excluir de seu tratamento teórico ao Estado que emerge depois da crise dos anos 30, já que é este o que passa a exercer não só uma função orientadora, senão que coordena e influi no próprio ritmo da acumulação”; pensamos que esta análise é extremamente importante, pois oferece os fundamentos básicos do que compreendemos por *Administração Política* contemporânea. Ao incluir nas funções do Estado pós-30 temas como a “[. . .] gestão dos investimentos e do controle sobre a determinação dos níveis de emprego e da renda e sua distribuição [. . .]”, obviamente, como afirma o professor, está implícito que o Governo passe a incorporar à administração pública temas que antes estavam restritos aos mecanismos de mercado ou à iniciativa privada. Em síntese, são estes elementos que nos levam a considerar que existe uma estreita relação entre os três conceitos mencionados anteriormente.

À medida que a competência e/ou responsabilidades do Estado vão-se ampliando, rápida e progressivamente, ou seja, quando a noção de administração pública passa a corresponder a uma gama bastante mais ampla e complexa da atividade estatal, pode-se ir deduzindo que começam a surgir modificações no que definimos como novo modelo de *Administração Política*. Evidentemente, esta transição não ocorre de forma tão explícita e/ou consciente, nem de forma similar em todos os Estados, mas de qualquer modo se pode definir, com relativa precisão, onde começam as mudanças

mais visíveis que vão caracterizar o novo modelo de *Administração Pública*, isto é, o novo marco histórico da *Administração Política* contemporânea.

No âmbito da literatura que trata da evolução da administração pública nas sociedades modernas, é importante ressaltar que se admite que, a partir do momento em que se passam a exigir novos métodos e/ou mecanismos de distribuição e coordenação do trabalho administrativo, surgem e se desenvolvem estruturas específicas e distintas do modelo anterior. Reconhecem, portanto, que essa mudança se faz mais evidente a partir do momento em que a expressão “administração pública”, da perspectiva de destinatários e organizadores, passa, por um lado, a indicar um complexo de estruturas subordinadas às estruturas políticas e de Governo, e, por outro, uma realidade socioeconômica distinta delas.

Para a maioria dos estudiosos do tema, as estruturas da administração pública representam, acima de tudo, o traço característico dos Estados modernos e contemporâneos. Sem embargo, outros autores ressaltam que a administração pública não pode ser reduzida, como ocorre muitas vezes, ao perfil de suas estruturas, pelo fato de que isso não permite explicar integralmente o fenômeno administrativo público; particularmente, se se toma como referência o ponto de vista histórico e comparado, onde se confirma que nem sempre existiram estruturas de tipo burocrático destinadas à execução de atividades administrativas e que existiu, muitas vezes, continuidade ou identidade parcial entre as estruturas governativas e administrativas. Tudo isso implica afirmar que as transformações sofridas pelas estruturas administrativo-organizativas e/ou burocráticas não conseguem abarcar, por si mesmas, a totalidade das mudanças que vão ser assumidas, progressiva e continuamente, pelos Estados capitalistas a partir dos anos 30. Para apreender essa realidade, é necessário vislumbrar o que está por trás de ditas transformações, quer dizer, a que novos interesses e objetivos respondem estes Estados, adentrando-nos, assim, no campo do que definimos como *Administração Política*.

É importante ressaltar que, a partir dos anos 40, a administração pública começou a experimentar forte desenvolvimento, no sentido de que foram incorporados novos dados e/ou conceitos procedentes de diversas disciplinas das ciências sociais como a psicologia, a sociologia, a antropologia, a economia e o direito, entre outras. Sem embargo, a falta de uma compreensão mais ampla a respeito do processo de inserção das novas relações sociais de produção e de gestão do capital, que passaram a ser lidera-

das pelo Estado, isto é, a própria incapacidade de compreender e definir o objeto da administração, impede que o atual conceito de administração pública cubra a totalidade de tal processo. Por essa razão, pensamos que o caminho mais lógico para configurar um modelo conceitual e analítico mais amplo dos movimentos mais recentes da ação governamental seria o da *Administração Política*.

O problema e/ou limitações dos estudos que abordam os novos problemas e/ou dimensões da administração pública está em que, ainda quando reconheçam a crescente participação do elemento político na administração, não existe acordo nem a respeito das conseqüências que dele se derivam, nem em direção das suas repercussões metodológicas, nem acerca dos caminhos que deve seguir a indagação para que resulte mais apropriada e proveitosa ante suas repercussões nos programas sociais, etc. Põe-se de manifesto, pois, que existe uma certa dificuldade de encontrar as saídas que possam responder aos inúmeros desafios e situações mais recentes. Diante da ausência de uma alternativa analítica apropriada para compreendermos a dimensão das relações do Estado na economia contemporânea, pensamos que já era o momento de se abrir um espaço de debate para o que definimos por *Administração Política*, incluindo naturalmente a contribuição da Ciência Política e da Economia Política, que consideramos decisiva na construção deste novo conceito, ainda que ele tenha autonomia.

Cabe ressaltar as principais transformações que o Governo teve de assumir e adaptar-se entre os anos 30 e 70, que se refletem no novo modelo de *Administração Política* e foram produzidas pelas próprias transformações históricas verificadas no processo de intervenção do Estado na esfera econômica. A primeira alteração relaciona-se com “[. . .] a ampliação das funções governamentais. Como conseqüência desta mudança o Estado passa a atuar diretamente na organização da produção — seja através da produção de mercadorias e bens de serviços públicos de natureza social, seja mediante o papel de intermediário financeiro, com vistas a garantir o nível de investimentos no setor produtivo [. . .]” (Santos & Ribeiro, 1993, p. 109).

A segunda transformação está relacionada com “[. . .] a reestruturação da estrutura organizacional do setor público, prefigurada pela modernização e ampliação dos aparelhos do Estado [. . .]” (Santos & Ribeiro, 1993; p. 109). Essa mudança está intimamente vinculada à necessidade de a administração pública adaptar-se aos novos desafios e exigências de seu novo papel na economia. O sentido de modernização refere-se à necessida-

de de incorporar novos padrões tecnológicos de organização e gestão pública, que permitam à ação pública — ao Governo — maior dinâmica e capacidade de gestionar funções tão amplas como as que passou a assumir a partir dos anos 30. Em outras palavras, ao passar de Estado *regulador* a Estado *empresário*, este passa a exigir, naturalmente, uma atitude correspondente à sua estrutura organizativo-institucional. A modernização e a ampliação da capacidade da atuação pública, pela criação de novos ministérios e órgãos — secretarias, institutos, fundações, autarquias, etc. — vão caracterizar, portanto, a *Administração Política* nos novos modelos de organização/gestão do Estado/Governo (Santos & Ribeiro, 1993).

Finalmente, a terceira alteração importante estaria vinculada “[. . .] à divisão institucional do trabalho dentro do setor público”, que representa a forma pela qual o Estado/Governo passa a definir as competências e/ou obrigações de cada organização pública. Sabemos que ao definir e assumir o papel de *empresário*, o Estado vê-se obrigado a estabelecer uma ordem lógica, eficiente e eficaz no plano organizativo, que foi distribuído entre as diversas empresas criadas, sejam as denominadas centralizadas ou as descentralizadas [. . .]” (Santos & Ribeiro, 1993, p. 109). Essa divisão manifesta-se mais facilmente no volume de gastos destinados a cada uma dessas organizações. Tradicionalmente, os gastos das atividades clássicas do governo — defesa externa e seguridade interna, administração geral, justiça, etc. — concentraram-se na *administração centralizada*; ao passo que os gastos com investimentos, P&D, políticas sociais, entre outros, foram sendo assumidos pelas *empresas descentralizadas*, representadas pelos organismos autônomos, fundações e autarquias. Por último, destacam-se as *empresas estatais*, responsáveis pela produção de serviços de infra-estrutura e de mercadorias e serviços — transporte, energia, redes de esgoto, telefonia, eletricidade, etc. —, incluindo, em alguns casos, a administração do sistema bancário-financeiro.

Nesse sentido, assistimos a um processo de fragmentação da administração pública. Por uma parte, tenta-se reconstruir as estruturas do Governo — tanto do centro como da periferia —, no âmbito direto da responsabilidade das instituições políticas. Por outra, procura-se vitalizar as estruturas de gestão no âmbito direto de responsabilidade das instituições — e dos grupos sociais —, gerando-se, portanto, um movimento que põe de manifesto o que concebemos por *Administração Política*, inserida nas novas estruturas de Governo e de gestão.

Em definitivo, a base conceitual dessa análise parte, em um primeiro aspecto, do pressuposto de que a crescente intervenção do Estado nas novas relações sociais de produção e o estímulo em direção à expansão das forças produtivas exigiram da administração pública uma crescente e permanente capacidade de adaptação. O que corresponderia à definição mais restrita de *Administração Política* apresentada por Giorgio Pastori (apud Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1993). Para Pastori, o conceito de *Administração Política* estaria vinculado à necessidade de compreender as transformações sofridas pela administração pública com base em uma perspectiva de caráter global mais ampla. Pastori sugere que a compreensão da complexidade vivida pela administração pública, a partir do pós-guerra, exige profunda reestruturação dos modelos de análise vigentes, para que se possa ampliar a perspectiva isolada da atuação das estruturas burocráticas, passando, em primeiro lugar, por uma revisão de seu papel e configuração ante as instituições políticas e governamentais, e, em segundo, por avaliar as instituições e estruturas sociais como tais. Essa exigência justifica-se, como já ressaltamos, pela variedade das múltiplas atividades administrativas que assume o poder público (abarcando desde ações propriamente governamentais ou de órgãos auxiliares do Governo até as de prestação de serviços utilitários ou específicos), dentro de um contexto de complementaridade particular. Essas transformações exigiram, portanto, uma mudança radical no modo de conceber e de definir a ação administrativa. O mais importante é valorar os diversos aspectos e momentos desta inter-relação funcional, ou seja, entre a ação administrativa e os objetivos a alcançar e as instituições políticas e sociais.

Embora consideremos correta e oportuna a definição apresentada por Pastori, particularmente porque foi a única referência que encontramos quando iniciamos nossas primeiras especulações sobre o tema, queremos ressaltar que é um conceito muito restrito do que concebemos atualmente por *Administração Política*. Entendemos que dito autor privilegia exclusivamente as relações intergovernamentais, o que fica bastante explícito quando constatamos que seus argumentos se limitam a ressaltar a necessidade de superar as estruturas burocráticas, mediante a prefiguração de dois tipos distintos de administração: a *Administração Política* e a *Administração Social*.

Sem embargo, embora consideremos que a dimensão das relações interinstitucionais, defendida por Pastori, incorpore o conceito que estamos tentando pôr em debate, acreditamos que a *Administração Política* assume uma perspectiva muito mais ampla e abstrata. Em síntese, entendemos que

o modelo de *Administração Política* vigente entre os anos 30 e 70 compreende a forma pela qual o Estado se organizou e se estruturou para gerenciar e executar o processo das relações sociais de produção, ou seja, para responder às novas funções econômicas e sociais — sua “finalidade social”. Sem dúvida, a utilização racional dos recursos nacionais dependeu, de forma contínua e crescente, da eleição da direção e dos programas econômicos e sociais mais apropriados. Por outro lado, o êxito desses programas passou a depender, direta e indiretamente, da eficácia e eficiência da *Administração Política*. Logicamente, existem outros elementos e fatores que influenciam o processo de crescimento nacional. As definições das políticas públicas passaram, porém, a constituir-se em condição *sine qua non* para a realização dos programas de desenvolvimento nacional no período analisado.

Nossa contribuição a esse número inaugural da *Revista de Administração Política* limitou-se a reconstituir a evolução da discussão acadêmica que iniciamos na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia sobre o conceito de *Administração Política*, a partir de 1993. Esperamos sinceramente que esse esforço desperte o interesse de alguns colegas para podermos ampliar a discussão sobre um campo do conhecimento ainda inusitado e profundamente instigante e que certamente irá revolucionar o campo da Ciência da Administração, que ganhará, sem sombra de dúvida, novo *status* nas Ciências Sociais.

Referências

- MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, s.d.
- PASTORI, Giorgio. Administração pública. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5 ed. Brasília: EdUnB, 1993.
- PIGOU, Arthur Cecil. *La economía del bienestar*. Madri: Aguilar, 1946.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- SANTOS, Reginaldo S. Mudanças nos padrões produtivo-organizativos. A divisão institucional do trabalho e o processo alocatório de recursos no Estado capitalista: uma referência ao caso da Bahia. *RAP*, n. 4, out.-dez., 1983.
- SANTOS, Reginaldo S; RIBEIRO, Elizabeth Matos. A Administração Política brasileira. *RAP*, n. 4, vol. 27; out.-dez., 1993.
- SANTOS, Reginaldo S. et al. Em busca da compreensão de um conceito para a Administração Política. *RAP*, n. 5, vol. 36, pp. 49-77; set.-out., 2001.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.